



Síndrome da Alienação Parental:

Abuso psicológico e mau trato infantil!



A TODOS os intervenientes

***Tudo o que é necessário para o triunfo do mal
é que os homens de bem nada façam!!!***

Edward Burke



Instituto Português Mediação Familiar (IPSS)

Contacto: +351 21 301 66 71 ou: consultas@ipmediacaofamiliar.org

Rua D. Constantino de Bragança, 14 A, 1.400-112 Lisboa - NIPC (provº) 972 637 044

SÍNDROME ALIENAÇÃO PARENTAL (SAP):

1. SAP, O QUE É, CARACTERÍSTICAS E ETAPAS

O QUE É:

Um conjunto de comportamentos praticado pelo progenitor alienante (guardião), com o objectivo de criar uma relação de carácter exclusivo entre ele e a(s) criança(s) de forma a excluir para sempre o outro progenitor da vida do(s) seu(s) filho(s).

CARACTERÍSTICAS*:

- Processo destrutivo da imagem de um dos progenitores;**
- Afastamento forçado, físico e psicológico,** das crianças em relação ao progenitor alienado;
- Actos jurídicos e comportamentais com o objectivo de isolar** as crianças.

SINAIS DE ALERTA PROCESSUAIS:

- Decisão unilateral, litigiosa,** de pôr termo à relação conjugal;
- Desejo** do progenitor alienante de que **seja o outro a sair da casa de família;**
- Quando acha necessário, **saída da casa de família pelo progenitor alienante,** levando os filhos;
- Fuga, isolamento, secretismo e clandestinidade,** como forma de “resolução” dos alegados problemas devidos ao progenitor alienado, inviabilizando as visitas e contactos com este;
- Pedido de regulação provisória da Responsabilidade Parental por parte do Progenitor alienante,** que sabe que, tradicionalmente, é de difícil alteração;
- Insinuação ou acusação de violência física ou sexual** e consequente pedido de vigilância ou suspensão das visitas ao progenitor Alienado;
- Solicitação súbita por parte do progenitor que tem a guarda, dos **serviços de um psicólogo ou terapeuta;**
- Solicitação ao tribunal de exames psicológicos ou psiquiátricos dos pais** e se necessários dos filhos, com o verdadeiro objectivo de protelar a decisão definitiva da guarda das crianças por parte do Tribunal;
- O Progenitor alienante falta ou adia a Conferência de Pais** com o objectivo de atrasar o processo;
- Oposição à regulação provisória** da Responsabilidade Parental, bem como ao **regime de contactos e de férias ou visitas,** já agendadas com o Outro Progenitor;
- Pressão psicológica diária** sobre os filhos contra o outro progenitor;
- Dificultação dos contactos telefónicos,** seu impedimento ou outras acções/formas de pressão tornando-os numa experiência desagradável para as crianças;
- Pedido** ao tribunal no sentido de obter **a casa de morada de família;**
- Pressão psicológica diária** sobre os filhos contra o outro Progenitor.
- Dificultação ou impedimento dos contactos telefónicos,** formas de pressão, tornando-os uma experiência penosa para as crianças;
- Pedido** ao tribunal no sentido de obter **a casa de morada de família com exclusão do outro Progenitor;**
- Presença no processo de “gritos de alma”,** ou seja, expressões postas na boca das crianças, e sentimentos negativos, raiva ou ódio, do progenitor alienante, “pedindo ao Juiz que ajude”, escrevendo cartas;

PROGENITOR ALIENANTE: executa diferentes actos que desencadeiam ansiedade nas crianças:

- Cria falsas memórias nas crianças** sobre o progenitor alienado;
- Cria a ideia de perigosidade,** e de violência: “ele/a quer matar-me” ou “ele/a quer raptar-vos...”;
- Veicula a ideia de que **podem e devem contestar o outro progenitor:** “ele/a não sabe, não percebe...”;
- Veicula a **ideia do progenitor incapaz:** “se ficarem doentes, ele/a não sabe tratar de vocês”;

- Veicula a ideia de que o **alienador é que manda ou que as crianças é que mandam** (“se eles não querem ir, não vão!”);
- Interferência absoluta e domínio nos mais insignificantes aspectos da vida quotidiana das crianças:** alimentação, sono, higiene, organização dos tempos livres, etc...;
- Humilha o outro progenitor com frequência,** ex.: esperar horas à porta, não responder aos contactos...;
- Cria mil dificuldades nos dias dos aniversários do progenitor alienado e da sua família** e em todos os outros festejos que não constem do acordo;
- Nunca entrega os boletins de saúde ou identificação dos menores, “esquecendo-se” de avisar/informar o outro de **consultas médicas, reuniões da escola, tempos livres,** etc...;
- Incita as crianças a pedir coisas “materiais” ao progenitor alienado** que não cabem a este pagar (“se ele não vos dá, é porque não gosta de vocês”);
- Não entrega às crianças mensagens do progenitor alienado;**
- Proíbe ou tenta impedir as crianças de se darem** com amigos e membros da família do progenitor alienado, etc...

***Nota muito importante:** Não é obrigatório a existências de todos as características, sinais de alerta processuais e/ou actos frequentes acima expostos, para identificar este Síndrome.

2. MAGISTRADOS, critérios desejáveis:

- Identificação do progenitor mais apto na atribuição da guarda: “Qual o progenitor que garante melhor a manutenção dos dois na vida da criança???”**
 - **Importância da Flexibilidade e capacidade de interagir com o outro progenitor,** nos assuntos e decisões da vida dos menores: escola, saúde, festas, religião, férias e feriados;
 - **Importância da “Disponibilidade de tempo”** para exercer **pessoalmente** a guarda da criança;
- Caso as crianças sejam sujeitas a avaliação psicológica, deve ser exigido que conste no relatório psicólogo solicitado pelo tribunal, a **avaliação das particularidades do caso, nomeadamente as denunciadas pelo progenitor alienado e de todos os participantes próximos da criança!**
- No período de avaliação, **caso sejam necessárias visitas vigiadas, estas devem ocorrer no seio da família do alienado** e nunca serem vigiadas por técnicos ou familiares do alienante;
- Na presença de acusação ou insinuação grave, como de violência física ou sexual, o **magistrado tem um dilema a decidir:** um dos progenitores está a efectuar **ABUSO FÍSICO E/OU PSICOLÓGICO E MAU TRATO INFANTIL! É URGENTE IDENTIFICAR QUAL O FAZ E TOMAR MEDIDAS.**

3. PSICÓLOGOS E PEDO-PSIQUIATRAS:

- Valorizar a denúncia de alienação,** presente num processo;
- Obrigatoriedade de apresentar na avaliação, conclusões** das denúncias presentes no processo;
- Importância/obrigatoriedade de descrever o uso de abordagem metodológica sistémica, como recomendado pela A.P.A. (American Psychologist Association), por exemplo, ouvir e avaliar todos os interessados e aplicar-lhes os procedimentos adequados;**
- Necessidade,** nos casos de acusação/insinuações de abuso sexual, de três avaliadores independentes.

Nota muito importante: **Crianças sujeitas a SAP parecem adaptadas à escola, a integração social aparenta normalidade e, à primeira vista, não apresentam sintomas de psicopatologia.**” (Paule Lamontagne: Syndrome d’aliénation parentale: contexte et pièges de l’intervention).